

Brasil, economia - Brasil aberta?

Carlos Pio

Já se tornou praticamente um consenso, no debate político nacional, descrever como neoliberais as políticas seguidas nos últimos dez anos pelos diferentes governos que comandaram o Brasil. A política de abertura da economia — ou liberalização comercial —, juntamente com a de privatização, constitui uma das principais referências usadas para justificar essa caracterização. A pergunta que proponho desenvolver neste artigo, expressa em seu título, visa colocar em cheque as visões apressadas do processo de abertura comercial seguido pelo país, assim como discutir sucintamente a validade das interpretações que consideram a economia brasileira uma economia aberta.

Abertura abrupta e sem critérios? A maior parte dos críticos da abertura comercial brasileira não desenvolveu estudos aprofundados para sustentar suas afirmações de que tal processo se fez com muita rapidez, sem critérios, sem consultas ao setor privado e desprezando a baixa competitividade das empresas brasileiras.

No entanto, ao contrário do que dizem os críticos, cabe lembrar que: (1) o processo de abertura foi iniciado em 1986 (e não em 1991), quando a então Comissão de Política Aduaneira, do Ministério da Fazenda, começou a elaborar a primeira reforma tarifária — finalmente lançada em

maio de 1988 (Decreto-Lei 2.434/88); (2) tanto no caso da reforma tarifária de 1988, quanto no da definição do cronograma de abertura (1990-93), os representantes do Ministério da Fazenda discutiram os critérios da liberalização — por exemplo, que seria preferível: liberalizar gradualmente; manter tarifas diferenciadas entre os setores;

iniciar a abertura pelos setores de bens de capital e intermediários, para só em seguida liberalizar os bens finais; entre outros —, assim como o ritmo de reduções tarifárias com cada um dos setores econômicos; por fim, (3) o efeito da abertura comercial sobre as empresas estabelecidas no país foi indiscutivelmente positivo, tanto em razão de ter forçado um aumento de sua eficiência, medido pelos ganhos de produtividade registrados desde 1991, quanto por ter provocado um processo de desconcentração industrial, isto é, por ter promovido o deslocamento das empresas do Centro-Sul para as re-

giões Sul e Nordeste, especialmente.

Assim, cabe ressaltar que, em razão da abertura comercial, nenhum setor econômico desapareceu. Todos tiveram que cortar custos e modernizar suas plantas produtivas, muitos tiveram que realocar seus negócios, mas ninguém foi banido da economia. O país inteiro lucrou com a quebra do protecionismo indiscriminado, ainda mais porque a liberalização foi instrumento central para a derrubada da inflação e para atrair empresas estrangeiras mais dinâmicas.

Brasil, economia aberta? Expostas as razões que me levam a questionar as interpretações apressadas do processo de abertura comercial brasileira, das décadas de 1980 e 1990, passo agora a meu segundo propósito neste artigo. É válido afirmar que a liberalização comercial transformou a economia brasileira de uma das mais fechadas do mundo, nos anos 1960-80, numa economia aberta, segundo padrões internacionais? A resposta é negativa.

Recentemente, a revista *The Economist* publicou um índice para medir o grau de abertura dos principais mercados emergentes, chamado "Emerging Market Access Index". Esse índice, elaborado pela Tuck School of Business, da Dartmouth University, é apenas uma referência, mas serve bem aos propósitos de nossa discussão. Pois bem, dos 38 países listados pelo semanário londrino, o Brasil ficou na 31ª posição(!), muito atrás do Chile (2º do ranking), do Peru (5º), da Venezuela (9º), do México (15º), da Argentina (18º), da Colômbia (19º), para ficar apenas com nossos vizinhos continentais. No ranking dos mercados emergentes, somos mais abertos apenas que a Malásia, a Ucrânia, o Equador, a Índia, a Arábia Saudita, a China, e o Uzbequistão.

Não pretendo argumentar, aqui, que seria ideal que o Brasil estivesse no topo do ranking, ao lado de Singapura, Chile e Hong-Kong. Afinal, a complexidade e a dimensão de nossa economia representam obstáculos naturais a que mantenhamos uma estrutura de proteção muito liberal. O que se trata, na verdade, é apenas de desmistificar a visão, corrente no país, de que a nossa é uma economia aberta e desprovida de proteção em relação aos produtos estrangeiros.

Na verdade, talvez faça mesmo sentido dizer que o fato de sermos uma economia ainda muito fechada explica, numa certa medida, por que as indústrias estabelecidas no país são pouco competitivas internacionalmente. O elevado grau de proteção ainda vigente acaba por inibir a importação de matérias-primas, bens de capital e produtos intermediários que melhorariam a qualidade e/ou o preço dos produtos brasileiros, habilitando-os a conquistar novos consumidores e mercados.

■ CARLOS PIO É PROFESSOR DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

NO RANKING DOS MERCADOS EMERGENTES, SOMOS MAIS ABERTOS APENAS QUE A MALÁSIA, A UCRÂNIA, O EQUADOR, A ÍNDIA, A ARÁBIA SAUDITA, A CHINA E O UZBEQUISTÃO